

Componentes metodológicos que possibilitam aos docentes a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular nas series iniciais da Escola Municipal Ursulina Souza de Oliveira do município de Coari-AM, Brasil 2019

Methodological components that enable teachers to include students with special needs in regular education in the initial series of the Municipal School Ursulina Souza de Oliveira of the Municipality of Coari-AM, Brazil 2019

Katia Franco de Moura

Professora Graduada em Professora Graduada em Letras- pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA/ Pós graduada em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa/Universidade Candido Mendes/ Mestre em Ciências pela EDUCAÇÃO UNIVERSIDAD DEL SOL/UNADES, ID: <http://lattes.cnpq.br/9977775922370772> <https://orcid.org/ID:0000-0003-3982-2186>

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

Professora da Educação básica no município de Coari - Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM –DOUTORA. Mestrado em Ciências da Educação – Pela Universidade De San Lorenzo – UNISAL. - <https://orcid.org/ID-0000-0001-9353-2185> - <http://lattes.cnpq.br/1004775463373932>

DOI: 10.47573/aya.5379.2.80.4

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os componentes metodológicos que possibilitam aos docentes a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e tem a fim de propiciar o alcance dos objetivos propostos foi realizado uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental com enfoque qualitativo e quantitativo. A fonte documental se constituiu com alguns documentos oficiais acerca da educação especial: Constituições Federais vigentes dos países do Mercosul, Brasil, Paraguai e Argentina e Planos de Ações do setor Educacional, Declarações vigentes no Brasil que aborda a temática sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. A discussão bibliográfica versará com uma análise e reflexões suscitadas pela literatura sobre a educação especial. O resultado se dará através das contextualizações que 80% responderam que a escola está preparada para receber alunos com necessidades especiais e 20% responderam que a escola não está preparada para atuar como uma escola inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva. metodologia. sociocultural.

ABSTRACT

This study aims to analyze the methodological components that enable teachers to include students with special needs in regular education about the inclusion of students with special needs in regular education and the inclusion of students with special needs in regular education. The documental source was constituted with some official documents about special education: Federal Constitutions in force in the Mercosul countries, Brazil, Paraguay and Argentina and Action Plans of the Educational sector, Declarations in force in Brazil that approach the theme about the inclusion of students with special needs in regular education. The bibliographical discussion will focus on the analysis and reflections raised by the literature on special education. The result is given through the contextualizations that 80% responded that the school is prepared to receive students with special needs and 20% responded that the school is not prepared to act as an inclusive school.

Keywords: educación inclusiva. metodología. sociocultural.

INTRODUÇÃO

O estudo se desdobra na linha de investigação da Inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular que tem como tema – Componentes metodológicos que possibilitam aos docentes a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular nas séries iniciais da escola municipal ursulina Souza de oliveira no município de Coari Amazonas Brasil no ano de 2019. Essa temática provocou uma análise e reflexão a respeito das metodologias dos docentes levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos nacionais e internacionais e seus autores. Atualmente a inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com necessidades especiais e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade principalmente no que tange a educação.

O direito do aluno com necessidades especiais a educação é um direito constitucional de

cada ser humano que precisa ser reconhecido. Portanto a garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também, na valorização das diferenças e principalmente as suas qualidades enquanto cidadão. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir o conhecimento mútuo.

Diante disso, a inclusão de alunos com necessidades especiais estar garantida na Lei de nº 9394/96 de diretrizes e base da educação e no artigo de nº 41 e 58 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na Constituição Federal, de 1988, mas em contrapartida ainda é um desafio, na qual, ainda enfrentam muitas dificuldades no que se refere a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular. As escolas atualmente possuem uns grandes números de crianças com necessidades especiais. Com tantos avanços na educação ainda pode-se observar que tem escolas que não estão preparadas para receber esses alunos. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com a sociedade. O espaço escolar hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos sem distinção.

Dessa forma, o artigo enfatiza sobre os componentes metodológicos de inclusão, na qual, originou-se da inquietação e observação de muitas vezes o aluno está inserido na sala de aula regular, e não conseguir acompanhar os demais alunos, e os professores muitas vezes apresentam dificuldades em trabalhar com os alunos com necessidades especiais suscitando dificuldade na aprendizagem do educando.

OS COMPONENTES METODOLÓGICOS SOCIOCULTURAIS QUE POSSIBILITAM AOS DOCENTES A INCLUSÃO DOS ALUNOS

Declaração de Jomtien – 1990

A declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, se constitui enquanto um marco dos direitos universais inerentes a condição humana, dentre eles, a educação, que diante de inúmeras questões passou a ser reconhecida, no cenário internacional, como um direito de todos as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sociais, territoriais, econômicas, culturais, religiosas e de gênero.

Apesar do referido documento tenha reconhecido a educação como um direito humano universal, os questionamentos e debate acerca de seu direito educacional, no âmbito mundial, só passou a ser pautado com mais ênfase a partir da década de 1990, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e a Cultura (UNESCO) criou uma série de eventos e recomendações e compôs uma agenda internacional de uma “Educação para Todos”. O reconhecimento da educação como um direito humano demonstra sua importância e é fundamental para a promoção da dignidade humana, em especial para o exercício da cidadania. O acesso a esse bem promove no indivíduo a capacidade de se a ponderar de padrões cognitivos e formativos, possibilitando sua participação na sociedade e colaborar com sua transformação (CURY, 2008).

O autor assevera que a educação básica é um direito insubstituível do homem, devendo ser assegurado gratuitamente, como modo de possibilitar seu acesso a todos. Por isso, o direito

escolar situa-se no âmbito de uma perspectiva mais ampla dos direitos do homem.

Para isso os organismos multilaterais, agências internacionais e Estados membros da Organização Unidas (ONU), a partir de meados do ano de 1990, começaram a fazer esforços para inserir o direito à educação no centro de uma agenda global para os direitos humanos. Para isso realmente confirma-se, tem sido desenvolvido conferências para discussão econômica, social, política e principalmente no cenário educacional. E os resultados dessas conferências tem sido expressados em diretrizes divulgadas por meio de declarações.

Inicialmente, destaca-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, conhecida por Declaração de Jomtien. Que foi firmada após assinarem o documento, os países signatários responsabilizam-se em promover as oportunidades educativas para todas as crianças, jovens e adultos, voltadas para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Nesse viés, Torres, (2001) afirma que a Declaração de Jomtien reforça a centralidade da Educação Básica como prioridade a ser alcançada universalmente, isso porque a educação deve garantir um conjunto de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes indispensáveis ao desenvolvimento humano.

Outro ponto destacado na referida Declaração, destacou-se a necessidade de se promover maiores oportunidades de uma educação duradoura e de qualidade, que por sua vez alude em três objetivos diretamente relacionado a educação especial. (JOMTIEN, 2000, p. 33 – 34).

- 1- Estabelecimento de metas claras que aumentem o número de crianças frequentando a escola;
- 2- Tomada de providência que assegurem a permanência da criança na escola por um tempo longo o suficiente que lhe possibilite obter um real benefício da escolarização;
- 3- E início de reformas educacionais significativas que assegurem que a escola inclua em suas atividades, em seus currículos, e através de seus professores, serviços que efetivamente correspondam as necessidades de seus alunos, das suas famílias e das comunidades locais, e que correspondam as necessidades das nações de formarem cidadãos responsáveis e instruídos.

Ainda correlacionando a importância da educação especial a Declaração de Jomtien em seu artigo 3 destaca, universalizar o acesso à educação e promover a equidade e traz pontos em destaque como;

- 1- A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
- 2- As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de ~ç/. Além de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem para todos, são reconhecidas as necessidades de:

(...) expandir o enfoque de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino; universalizar o acesso à Educação Básica como base para a aprendizagem e desenvolvimento humano permanentes; concentrar a atenção na aprendizagem necessária à sobrevivência; ampliar os meios e o raio de ação da Educação

Básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças (autoridades públicas, professores, órgãos educacionais e demais órgãos de governo, organizações governamentais e não governamentais, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos, famílias); desenvolver uma política contextualizada de apoio (setores social, cultural e econômico); mobilizar recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários; e fortalecer, a partir da educação, a solidariedade internacional (UNESCO, 1990, p.62).

A educação é muito importante pois é reconhecida no documento como um bem público, cujo financiamento não advém estritamente de recursos estatais, mas requer o envolvimento e o provimento de recursos econômicos e humanos de outros setores sociais. Diante disso, seu papel é crucial para a promoção dos valores fundamentais da dignidade humana, contribuindo para o desenvolvimento dos indivíduos, bem como para o avanço social, cultural e econômico dos países (UNESCO, 1990).

A declaração de Jomtien também enfatiza em seu documento a necessidade do atendimento escolar, sem distinção, a todas as pessoas, e define ações que propõem a universalização da Educação Básica, como uma forma de promover o direito a educação e, com isso, avançar em prol da igualdade social.

E como a todo conceito corresponde um termo, vê-se que, etimologicamente, "base", donde procede a expressão "básica", confirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. "Base" provém do grego *básis*, eós e corresponde, ao mesmo tempo, a um substantivo: pedestal, fundação, e a um verbo: andar, pôr em marcha, avançar. Como conceito novo, ela traduz uma nova realidade nascida de um possível histórico que se realizou e de uma postura transgressora de situações preexistentes, carregadas de caráter não democrático. Como direito, ela significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural (CURY, 2008, p. 294).

Segundo Gomide, (2007), a Declaração Mundial de Educação para todos representa não apenas a compreensão da educação básica como o principal vetor de garantia de satisfação das necessidades elementares de aprendizagem para a população, mas, também, um documento que registra uma concepção ampla de Educação Básica, defendendo sua universalização a partir do acesso e promoção da equidade.

Portando a educação vem a cada ano avançando em prol de uma educação igualitária. Nessa perspectiva, a Declaração de Jomtien enfatizava o aproveitamento de oportunidades educacionais, e propôs a busca de equidade e qualidade, declara compromisso com educação para todos, adota uma visão ampliada da Educação Básica, defendendo o atendimento a necessidades básicas e recomenda melhorar condições de aprendizagem.

Sociedade, Cultura e tradições da Inclusão Escolar no Mercosul

A educação tornou-se nas últimas décadas um dos requisitos para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, "constituindo-se em condição necessária para se usufruir outros direitos decorrentes do estatuto da cidadania. O direito à educação é hoje reconhecido como um dos direitos fundamentais do homem e é consagrado na legislação de praticamente de todos os países" (OLIVEIRA, 2001, p. 15).

De acordo com o autor, o direito à educação consiste na obrigatoriedade e na gratuidade da educação, tendo várias formas de manifestação, dependendo do tipo de sistema legal existente em cada país. Além disso, a premissa do direito à educação está resguardada também nos principais documentos internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos de

1948, ao destacar em seu artigo 26 que todos têm direito à educação, a qual deve ser gratuita, ao menos nos estágios elementar e fundamental, a educação elementar deve ser obrigatória. Nesse contexto, o direito à educação é constituído simultaneamente de sua compulsoriedade e gratuidade, portanto é dever do Estado assegurar sua garantia e efetividade.

Em tratando da universalização da educação o Mercosul foi criado nesse contexto, pelo Tratado de Assunção em 1991, com o objetivo de promover a livre circulação de bens, serviços e capitais entre os países do Cone Sul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mediante a eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias de mercadorias. Trata-se de um pacto regional para o fortalecimento econômico dos respectivos países (PILETTI e PRAXEDES, 1998).

A educação no Mercosul tem suas relações principalmente no âmbito internacional, considerando a implantação de políticas públicas educacionais na garantia do direito à educação, assim como, a configuração dessas relações internacionais, pois “os sistemas educacionais constituem-se com base em opções políticas, sejam dirigidas ao plano interno, sejam voltadas ao nível internacional” (BESHARA E PINHEIRO, 2008, p. 14).

Embora o Mercosul seja um acordo que abarca eminentemente o setor econômico e comercial, vem incorporando desde o início outros setores que possuem estrita relação com o desenvolvimento político, econômico e social dos Estados que o integram como aborda Beshara e Pinheiro, (2008, p. 3).

Desse modo, em 13 de dezembro de 1991, apenas oito meses após a assinatura do Tratado de Assunção foi constituído o Setor Educacional do Mercosul, por meio do Protocolo de Intenções firmado pelos Ministros da Educação dos Estados-membros. O Setor Educacional do Mercosul foi criado com base na ideia de que a integração regional não deve estar circunscrita aos aspectos econômicos e políticos, mas deve abrigar, também, iniciativas culturais, educativas e sociais. Nesse sentido, o Protocolo de Intenções previu que a educação tem papel fundamental para que a integração se consolide e se desenvolva.

Diante do exposto a preocupação com a educação é eminente pois ambos está associado ao crescimento econômico. Com efeito, por meio da Resolução 07/1991, o Conselho do Mercado Comum criou como órgão encarregado da coordenação das políticas educacionais da região, a Comissão de Ministros da Educação dos Países Membros do Mercosul, responsável pelas definições de Planos de Ação para a Educação, que informam as estratégias, os princípios e os resultados esperados pelo acordo, além de avaliar os projetos concluídos ou em processo de execução. Nesse véis os países membros do Mercosul ambos incluíram políticas de inclusão para uma educação de equidade para todos.

No Brasil inclusão sociocultural

No período contemporâneo a educação está cada dia transformando-o e inovando no que diz respeito a educação inclusiva. A educação é tida como processo constitutivo do ser humano, em suas diferentes dimensões pessoais e sociais. O Brasil é um país que busca a inclusão social, e para fortalecer esse processo o Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, criou o Documento Subsidiário à Política de Inclusão onde estão anexadas as ideias principais dessas leis que versa por uma educação para todos. Nessa direção a Declaração de Salamanca, que é considerada como uma certidão de nascimento da proposta de educação inclusiva versa as escolas a adotarem estratégias para minimizar a diversidade de necessidades, características, interesses, habilidades e potencialidades de todos os alunos independente de

sua condição física, intelectual, sociais, emocionais, linguísticas e entre outras. Nessa vertente todas as pessoas têm o direito a uma educação inclusiva.

A declaração de Salamanca enfatiza os alunos com necessidades educacionais especiais, que atualmente o número de alunos é cada dia maior no atual sistema contemporâneo. Sobre esse aspecto, Bueno, (2008, p. 50) adverte que “o termo ‘necessidades educativas especiais’ abrange, com certeza, a população deficiente, mas não se restringe somente a ela”, mas também as crianças de população distantes, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais pertencente a população em geral.

Desse modo, conceituar o termo Educação Especial, assim Loureiro e Santos, (2002) dizem que é o processo que visa desenvolver o potencial de pessoas com deficiências, abrangendo diferentes graus do sistema de ensino, tendo como base teórica e prática adequados conforme as necessidades apresentadas pelos educandos. Esse processo educativo promove o desenvolvimento das habilidades das pessoas portadoras de deficiência, abrangendo os vários níveis do sistema de ensino, por meio de metodologias específicas conforme as necessidades, assim formando sujeitos conscientes, cidadãos e participativos no meio social.

Nesse viés a Declaração de Salamanca, sugere em sua política de inclusão que desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas, com remoção de barreiras relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Na LDBEN 9394/96 permite desvincular “educação especial” de “escola especial”, pretendendo tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos propiciando o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui os alunos. Os alunos com necessidades devem e podem ser inserido no ensino regular como relata a LDBEM 127960/2013 em seu Artigo 58º que versa; entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação, ou seja, a educação no ensino regular é para todo indivíduo independente de suas dificuldades ou necessidades especiais.

Para que atenda realmente o que é exposto nos documentos e leis, as escolas devem atualizar através de reformulações em seus currículos as propostas pedagógicas, o professor como mediador, precisa fazer parte desse processo buscando inteirar-se dos assuntos pertinentes a inclusão de crianças com necessidades especiais. Ao ministrar suas aulas o professor que domina seu conteúdo proporcionará ao aluno uma aula interessante, onde todos são beneficiados, professor e aluno. Desse modo, quando se tem aluno com necessidade especial é preciso adaptar suas aulas para que este indivíduo também usufrua dos conhecimentos oferecidos, contudo para que essas aulas tenham sucesso é indispensável o professor saber lidar com esses alunos especiais, pois conforme a necessidade, o planejamento mudará tentando atender as exigências de cada indivíduo.

METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho segundo os desenho metodológico, o delineamento metodológico teve como suporte a utilização de uma bibliografia diversificada sobre o assunto parti-

nentes a Inclusão com envergaduras dos teóricos nas literaturas, dados oficiais do Ministério da Educação – BR, Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa – INEP, por parte prática, a pesquisa de campo em In loco, que foi realizada em uma Escolar Pública de Ensino Regular, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, series iniciais no município de Coari – Amazonas Brasil.

Para o procedimento metodológico foram necessários alguns passos para efetivar a pesquisa.

O primeiro momento foi feito por meio da observação direta não participativa, na qual o pesquisador acompanhou o professor na sala de aula observando as metodologias do professor. Esse acompanhamento foi importante, pois foi possível perceber que tem professor que tem o cuidado e a preocupação de inserir o aluno que apresenta dificuldade ou necessidades especiais enquanto ambiente escolar regula, adequou a estratégias de ensino as necessidades do aluno e dado momento usou atividades diferenciadas para inserir o aluno.

O segundo momento foi por meio de aplicação dos questionários com perguntas abertas e fechadas, ele servira como base para responder positiva ou negativamente as hipóteses antes propostas.

O terceiro momento é a Tabulação dos dados por meio de análises das questões e aplicação de gráficos.

Desenho de Investigação (Triangulação concomitante)

A pesquisa foi de cunho analítico e descritivo com enfoque qualitativa e quantitativo. Para Sampieri (2010, p. 33) o enfoque qualitativo utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação. Os procedimentos adotados foi a pesquisa analítica, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com aplicação de questionários abertos e fechados semiestruturado para os participantes em estudos.

Pesquisa bibliográfica foi feito por meio de uma abordagem com os autores no referencial teórico que enfatizam a educação inclusiva com metodologias voltadas para a inclusão de alunos no ensino regular.

Pesquisa de campo conforme Alvarenga, (2012, p. 61), denomina-se o processo de coleta de dados, de acordo com a investigação, pode durar penas horas, meses, dias e inclusive anos. E o momento de realização de entrevistas, aplicação dos questionários, ou outros instrumentos.

A pesquisa levou em conta os questionários abertos que segundo Lakatos, (2019, p. 338 e 339) é uma técnica muito utilizada sobretudo nas ciências sociais. Ela é composta de um conjunto de questões que se submete ao pesquisador. Pode-se afirmar, que são perguntas cujas respostas não estão estruturadas nas quais o informante responde de acordo ao seu marco de referência a luz de sua experiência, já os questionários fechados são perguntas nas quais são apresentados ao entrevistado duas opções, ou um leque de possibilidades de resposta, das opções, o interrogado escolherá a mais adequada para responder a cada item. São respostas pré-codificadas.

Para Sampieri, (2010, p. 30) o enfoque quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões

e comprovar teorias.

Descrição do campo de pesquisa

O município de Coari está localizado no Estado do Amazonas à margem direita do Rio Solimões, a 363 km de Manaus (capital do estado) em linha reta e a 463 km por via fluvial. Esse município destaca-se por suas belezas naturais e pela riqueza do solo que produz petróleo e gás natural.

No município de Coari, o Ensino Básico contempla escolas estaduais e municipais, sendo 13 (treze) escolas estaduais e 157 (cento, cinquenta e sete) escolas municipais, que oferecem o Ensino Básico, tanto na zona urbana quanto na zona rural (PME, pág. 17).

A Escola campo da pesquisa foi a Escola Municipal Ursulina Souza de Oliveira, está localizada no município de Coari-Am, na Estrada Coari-Mamiá – s/n – Bairro da União. O nome dado a escola foi em homenagem a professora de infância do prefeito Manoel Adail Amaral Pinheiro. Ela que muito contribuiu a serviço da educação e da cultura do município.

A escola foi construída no ano de 2006 e sua inauguração foi no dia 25/08/07, na gestão do prefeito Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro. A escola tem o Decreto de criação nº14/2006-PM-C-GP. Iniciou suas atividades escolares no dia 27/08/07, com 1º e ano do 1º ciclo e 2ª, 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Durante toda a pesquisa foi feita análise em prol de identificar metodologias e estratégias de uma educação inclusiva. Diante disso, foi necessário a observação de campo não participativa, na qual, acompanhou-se as aulas nas salas de aula, onde foi possível perceber que muitos educadores têm dificuldades em ministrar aula quando tem em sua sala aluno com necessidades especiais. Pois diversas vezes foi observado que o professor não prepara sua aula com antecedência pois ele não tem planejamento. Foram coletados, alguns dados por meio de questionários abertos e fechados com a participação do gestor, pedagogo e professores que atuam no ensino regular.

Análise dos dados

A investigação foi analisada com diferentes técnicas utilizada na coleta de dados que propiciaram a elaboração do material discursivo em estudo.

Uma das técnicas foi a análises bibliográfica dos autores que abordam principalmente o estudo sobre a educação inclusiva através do fichamento referentes a fontes materiais e virtuais como: com leituras e reflexão em livros, revistas, artigos, monografias e teses.

Análises descritiva observacional dos educadores que atendem alunos com necessidades especiais especificas em turma de ensino regular observando suas metodologias e estratégias de ensino no que tange a educação inclusiva.

Após a elaboração e aplicação de questionários a análise foi feita por meio de comparação das respostas apresentados pela população da amostra.

As informações coletadas foram processadas e apresentadas no enfoque qualitativo e quantitativos dos resultados e discussões para as considerações recomendações do trabalho concretizado e sua conclusão.

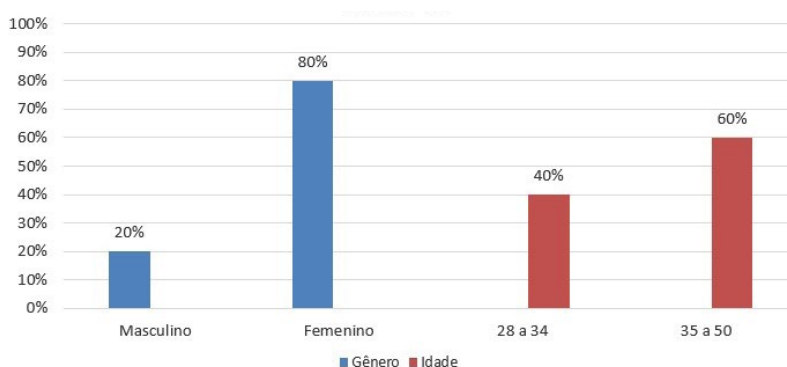
Resultados integrais da pesquisa

Depois de coletar os dados, começaram-se as análises dos questionários realizados na Escola Municipal Ursulina Souza de Oliveira, para identificar as hipóteses alcançadas ou não é seus objetivos antes propostos durante a pesquisa.

Os questionários foram importantes para a pesquisa diante dos objetivos proposto. Para Lakatos, (2019, p. 339) “o questionário é composto de um conjunto de questões que se submete ao pesquisado, objetivamente obter informações que serão necessários ao desenvolvimento da pesquisa”.

Por isso, a primeira contém informações gerais que buscar evidenciar as características de gêneros e idades do grupo pesquisado.

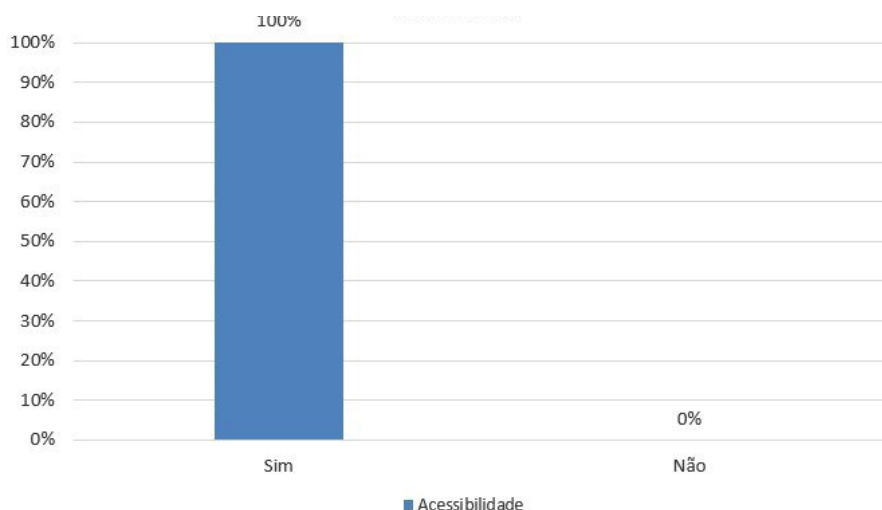
Gráfico 1 - Dados do gênero e Idade



Fonte: Próprio autor (2019)

O gráfico 01, pode se observar que os participantes do gênero feminino foram superiores ao gênero masculino, com idades entre 28 e 34 foram homens e 35 a 50 mulheres isso mostra que no atual sistema educacional as mulheres situam-se em número superior. Segundo Minayo, (2019) salientar que a análises e interpretação em uma pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar as opiniões de pessoas e para (GIL, 2019) estabelecer uma relação descritiva, sistemática dos conteúdos.

Gráfico 2 - Acessibilidade



Fonte: Próprio autor (2019)

No gráfico 02 foi indagado sobre a acessibilidade, foi questionado se na escola em estudo possuía acessibilidade e todos responderam que sim a escola está preparada para receber alunos com toda e qualquer tipo de deficiência. Com esse resultado percebe-se o conhecimento da escola e na sociedade sobre o que é acessibilidade.

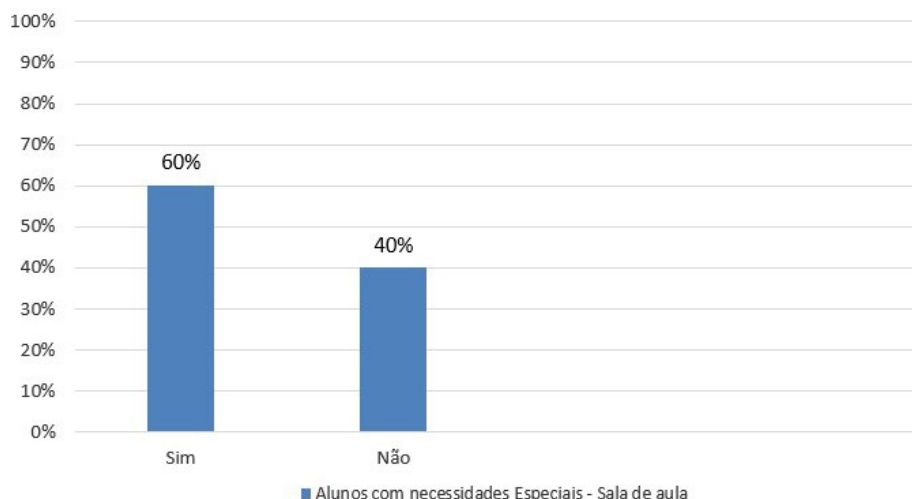
Uma vez que acessibilidade pode-se dizer que atinge o próprio comportamento humano, através da denominada acessibilidade que corresponde à quebra de barreiras nas atitudes das pessoas, buscando a eliminação dos preconceitos na forma de tratamento da pessoa com deficiência, respeitando-a como ela é com suas diferenças e habilidades próprias, ou seja, e a possibilidade de permitir que cada indivíduo ganhe autonomia e que possa usufruir de todo e qualquer espaço de vivência na sociedade.

O ministério da Educação – MEC, (2010) em seu artigo 9 que se refere sobre a Acessibilidade deixa evidente seu quando diz.

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os estados partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação (...).

A importância da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

Gráfico 3 Inclusão – sala de aula



Fonte: Próprio autor (2019)

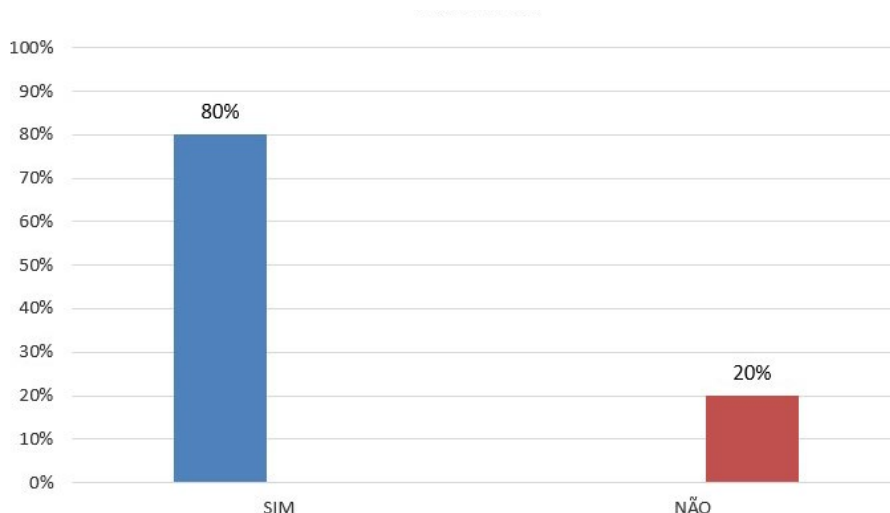
No gráfico 03 foi indagado sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais. O gráfico mostra que 60% responderam que é importante a participação do aluno na sala de ensino regular e 40% responderam não, pois dificulta a aprendizagem do aluno por não conseguir acompanhar os ditos normais. No entanto Glat e Nogueira (2002, p. 27) sustentam que:

Vale ressaltar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino não consiste apenas na sua permanência junto com os demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

Nesse entendimento, podemos afirmar que existe uma grande diferença entre incluir e inserir o aluno na escola.

A respeito da inclusão foi indagado se a escola está preparada para uma educação inclusiva.

Gráfico 4 - Escola preparada



Fonte: Próprio autor (2019)

O gráfico 04 mostra que 80% responderam que a escola está preparada para receber alunos com necessidades especiais e 20% responderam que a escola não está preparada para atuar como uma escola inclusiva. Pois precisa de profissionais qualificados. No entanto, a maioria acredita que a escola é uma escola inclusiva e está no caminho da inclusão. Desse modo, Mantoan, (2003) salienta que:

Para universalizar o acesso, ou seja, a inclusão de todos, incondicionalmente, nas turmas escolares e democratizar a educação, muitas mudanças já estão acontecendo em algumas escolas e redes públicas de ensino – vitrines que expõem o sucesso da inclusão.

Desse modo observamos que as mudanças podem ser lentas mais muito se tem feito para alcançar os resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que as mudanças pedagógicas são fundamentais para inclusão dos alunos com necessidades especiais, nas salas de ensino regular, mas para que isso aconteça essa mudança exige esforço de todos, possibilitando às escolas serem vistas como ambiente de construção de conhecimento. Para isso, a educação deve ter um caráter amplo e favorecer a construção desse conhecimento para a vida do aluno, desenvolvendo suas potencialidades de modo a superar dificuldades. E isso exige do professor mudanças de postura além da redefinição de papéis que possa favorecer o processo de inclusão. Com o resultado da intervenção buscou esclarecer o processo de inclusão e as mudanças das políticas públicas com as metodologias e suas possibilidades na formação dos alunos com necessidades especiais no ensino regular.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, ESTELBINA MIRANDA DE. Metodologia da Investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Edição Gráfica: A4 Diseños – Versão em Português: Cesar Amarilhas - Assunção Paraguai, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT NBR 14724). Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: PETROBRAS, v. s.v., 2011. 11 p. ISBN 978-85-07-026808.

GLAT, R. O papel da família na integração. 5. Ed. Brasília, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: GEN/Atlas, 2016a.

GOLDFELD, M. A. A Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sócia interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. Metodología de la investigación. 5ª. ed. México: Mc Graw Hill, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamento de metodologia científico. 6. ed -4. Reimp. -São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 7 ed. –

[3.Reimp.]. – São Paulo: Atlas, 2019.

LUDKE, M.; ANDRÉ, A. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas. Sao Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que? por quê? como fazer?/ Maria Teresa Eglér Mantoan – São Paulo: Moderna, 2003 – 1º edição.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valeria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Inclusão: construção na diversidade. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004. 184p

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: Pesquisa social, Teoria, método e criatividade. 26º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WRIGHT, P. M.; MACMAHAN, G. C. Theoretical perspectives for strategic human resources management. Journal of Management, v. 18 , n. 2, p. 295-320, 1992.

OEI. Informe Iberoamericano sobre Formación Continua de Docentes. Informe Iberoamericano sobre Formación Continua de Docentes, 02 set. 2019. Disponível em: <<http://www.oei.es/webdocente/Paraguay.htm>>.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. – Brasília: 2010. 72 p.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.098,

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

MOREIRA COSTA, A. C. Educacao de jovens e adultos no Brasil: Novos Programas, velhos problemas. utp.br, 2013. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf>. acesso em nov 2019.